

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.619 - SP (2019/0179658-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
SUSCITANTE : **GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA E OUTRO(S) - SP085277**
DEBORA LESSA DA SILVA ALCARAZ - SP318941
LIVIA MARIA RODRIGUES GALESSO - SP292926
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE SÃO PAULO - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA - PR**
INTERES. : **LUCINEIA RODRIGUES MONTEIRO**
ADVOGADOS : **RUBIANO AUGUSTO RECCANELLO LISBOA - PR019579**
RUBERT ANTONIO RECCANELLO LISBOA - PR021170

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DO TRABALHO E JUÍZO EMPRESARIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA A PRÁTICA DE ATOS DE EXECUÇÃO.

1. Nos termos da jurisprudência consolidada desta Corte, é competente o juízo universal para prosseguimento de atos de execução que incidam sobre o patrimônio de sociedade em processo falimentar ou de recuperação judicial.

2. CONFLITO CONHECIDO. ESTABELECID A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, em que é suscitante GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (denominação anterior: CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), e suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP e o JUÍZO DA 5ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA - PR.

Ação em trâmite no Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo: recuperação judicial

Superior Tribunal de Justiça

da suscitante.

Ação em trâmite no Juízo da Vara do Trabalho: reclamação trabalhista, em fase de execução.

Decisão da Justiça Comum: concedeu a recuperação judicial da suscitante (e-STJ fls.137/143).

Decisão da Justiça Especializada: determinou o prosseguimento da execução referente à Reclamação Trabalhista nº 0001539-29.2011.5.09.0005, ajuizada por LUCINEIA RODRIGUES MONTEIRO.

Conflito de competência: a suscitante defende que, após a decisão concessiva da recuperação judicial, o juízo onde a respectiva ação tramita é o único competente para dirimir questões que afetem o patrimônio da empresa suscitante.

Parecer do MPF: o Ministério Público Federal opinou no sentido de que se declare competente o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Depreende-se dos documentos trazidos aos autos que o processo de recuperação judicial da suscitante está em regular andamento perante o Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo.

A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que "os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-lei nº 7.661/45 ou da Lei nº 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, ainda que ultrapassado o prazo de 180 dias de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, da última norma" (EDcl no CC 133.470/SP, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 03/09/2015).

Na hipótese, portanto, não compete ao juízo trabalhista interferir no acervo patrimonial da suscitante, motivo pelo qual o conflito deve ser acolhido.

Superior Tribunal de Justiça

Forte nessas razões, CONHEÇO do conflito de competência para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo para decidir acerca da prática de atos constitutivos sobre o patrimônio da suscitante.

Publique-se. Intime-se. Comunique-se aos juízos suscitados.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

